

NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS - COMO AVALIÁ-LAS?

Sahda Marta Ide

Prof. Visitante do Dep. de Educação

Doutora pelo Instituto de Psicologia (USP)

Livre-Docente da Faculdade de Educação (USP)

E-mail: sahdaide@terra.com.br

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Educação

Tel./Fax (75) 224-8084 – BR 116 – KM 03,

Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460

RESUMO — *As necessidades educacionais especiais do educando correspondem ao que ele, em cada momento, necessita para prosseguir o seu desenvolvimento. É essencial que elas sejam bem avaliadas para que propostas pedagógicas alternativas possam ser desenvolvidas. A avaliação é uma fase delicada e determinante de todo o processo educacional. Se não devidamente realizada, comprometerá tanto o aluno, como pessoa, como a elaboração de qualquer tipo de programa. Neste artigo, são feitas reflexões preliminares sobre a avaliação das necessidades educacionais especiais.*

PALAVRAS-CHAVE: *Avaliação; Necessidades Educacionais Especiais; Propostas Pedagógicas.*

ABSTRACT — *The special educational needs of learners correspond, at every moment, to what they require in order to continue their own development. Thus, it is important that those needs be assessed in order that alternative pedagogical proposals may be developed. Assessment is a delicate phase determining the whole educational process. If not properly carried out it will compromise the student, as a person, as well as the elaboration of any kind of program. This work offers preliminary reflections upon assessment of special educational needs*

KEY WORDS: *Assesment; Special Educational Needs; Pedagogical Proposals.*

Durante séculos, várias foram as reações das pessoas ante os portadores de deficiências – rejeição, medo, vergonha. Entretanto, o surgimento de novos modelos econômicos, soci-

ais, políticos e filosóficos, a crescente valorização dos direitos humanos, a busca da igualdade de oportunidades e condições e da justiça social deram margem a que tais condutas se modificassem.

No âmbito da educação, o conceito de “deficiência” começa a ser substituído pelo de “necessidades educacionais especiais” (NEEs). Em 1978, Warnock Raport partiu da suposição de que uma, dentre seis, ou mesmo dentre cinco crianças, em algum momento de sua vida escolar, requer alguma forma de educação especial, ou seja, necessita de diversas ajudas pedagógicas – humana, técnica ou material – que lhe assegurem usufruir do processo educacional. Assim sendo, a educação especial é prevista para aqueles alunos que, de forma complementar, necessitam de outro tipo de ajuda pedagógica, que não a usual; precisam de outros serviços pedagógicos.

BRENNAN (1991) define NEEs como uma deficiência – física, sensorial, intelectual, emocional, social – ou uma combinação de deficiências que afeta a aprendizagem a tal ponto que se tornam necessárias modificações no currículo comum e nas condições de aprendizagem, para que o aluno seja educado adequada e eficazmente. Essas necessidades podem se apresentar de forma permanente ou temporária, em qualquer fase do seu desenvolvimento, e podem variar de intensidade.

Assim entendidas, englobam questões importantes. Têm origem interativa e relativa, isto é, não são só dificuldades pessoais; são também dificuldades provocadas pelo contexto escolar e social e não podem ser concebidas em caráter definitivo e determinante; dependem das particularidades do aluno, num dado momento de sua vida e num dado contexto escolar. Essa interatividade e essa relatividade das NEEs envolvem uma fase delicada e determinante de todo o processo educacional – a avaliação das NEEs, um dos dois grandes pilares em que se assenta o trabalho educacional. O outro pilar, o programa educativo para atender essas NEEs.

No que se refere à avaliação das NEEs, pela sua importância no processo educativo, não pode ser realizada apenas como uma mera obrigação; o comprometimento do professor é

fundamental, sem o que será prejudicado o aluno como pessoa e também qualquer tipo de programa com base na qual venha a ser elaborado.

Todo professor de alunos com dificuldades de aprendizagem defronta-se com questões fundamentais: Como detectar o problema do aluno? Como desenvolver uma intervenção para o problema apresentado? Como e quando encaminhar o aluno aos serviços de educação especial, se for o caso?

Na maior parte das vezes, o professor do ensino comum se sente muito inseguro na tentativa de detectar as NEEs do aluno, de fazer uma avaliação que lhe dê pistas para que sua intervenção seja adequada, sem necessitar encaminhar o educando aos serviços de educação especial. Essa insegurança se deve ao fato de que, tradicionalmente, a avaliação do educando era realizada pelo psicólogo, a pedido do professor e servia apenas para confirmar a idéia que já se tinha das suas limitações e para o professor justificar a si próprio e aos outros o fraco progresso obtido pelo aluno. Para tanto, utilizavam-se as provas psicométricas – provas e testes de inteligência ou similares – das quais já se conhece o desprestígio por vários motivos, um deles, a total inutilidade para delinear a ação educativa.

Hoje, essa avaliação diagnóstica é iniciada pelo professor do ensino regular, o responsável pela classe, porque ele conhece o aluno; contando com a cooperação da família, a ele cabe identificar as NEEs, pela sua proximidade com o aluno e por ser o mediador e organizador de sua aprendizagem. Quando, porém, as possibilidades desse professor não forem suficientes para identificar as NEEs, os professores de educação especial e os especialistas da educação e saúde devem ser solicitados.

No que se refere à família, há muitas barreiras para a sua participação em todo o processo educativo. A maior delas, o próprio professor – sua educação, sua cultura, seu quadro de valores, suas atitudes – que, muitas vezes, como profissional, dela se distancia, tornando quase impossível o seu envolvimento no processo educativo. Não é raro o professor considerar os pais responsáveis pela situação dos filhos, por não saberem educá-los, de acordo com os padrões exigidos pela escola, pouco inteligentes, vulneráveis e até mesmo adversários. E

assim, são freqüentes os estereótipos “tratam mal os filhos”, “os sujos”, “os pobres”, “os que têm mau comportamento em casa” ..., que o impedem de ver a pessoa que está na sua frente e de, com ela, manter um diálogo construtivo e de cooperação, tão necessário à implementação de um ensino vinculado ao espaço vital do aluno – sua família. Portanto, a relação com os pais, para ser positiva, implica que o professor os considere pessoas, apenas pessoas, com os seus problemas e, também, com todo o seu potencial de colaboração.

Por outro lado, muitos pais vêem a escola como uma instituição que não deseja sua cooperação e, por isso, o mais das vezes rejeita dela participar.

A participação dos pais no processo educativo é de suma importância por levá-los a compreender melhor as necessidades do filho e os objetivos educacionais do professor, a tomar consciência da importância do seu papel, a se sentir motivados para cooperar, o que melhora sua auto-estima, torna-se, para eles, uma fonte de satisfação. Acabam por adquirir capacidades que lhes vão permitir ensinar muitas competências aos filhos, em casa ou em outros ambientes; primeiro, de forma intencional e, depois, automaticamente, toda vez que a necessidade assim o exigir.

Essa participação também possibilita ao professor conhecer melhor tudo o que diz respeito ao aluno, em casa e fora dela, e ganhar um aliado, os pais, que passarão a olhá-lo com maior simpatia, tornando-se mais disponíveis a um trabalho conjunto que, certamente, proporcionará progressos mais rápidos e necessários ao aluno. Não há dúvidas de que o êxito do seu trabalho está muito a depender de ter os pais como parceiros no processo educativo.

A escola, por sua vez, precisa valorizar essa interdependência, evitando isolar-se da família, dos alunos e do meio social que a envolve, transformando a sala de aula num espaço de vida que atua, não em função de si própria, mas, sobretudo, das necessidades dos alunos em relação às exigências dos demais espaços em que vivem. Seu sucesso não pode ser medido em função de critérios internos. SHELDON, D.(1991), ao estudar a integração escolar, avalia o sucesso da escola pela resposta

satisfatória que os seus alunos dão à comunidade em que vivem.

No processo de avaliação das NEEs, é necessário reunir informações atualizadas sobre a vida do aluno – dificuldades específicas, tipo e grau de deficiência – e sobre o meio familiar e cultural em que ele vive, tendo como referência a idade cronológica. É importante recolher todos os dados que permitam estabelecer, com rigor, as necessidades, ou seja, tudo aquilo que o aluno, em cada momento, necessita para prosseguir seu desenvolvimento de forma harmoniosa. Uma avaliação preliminar (CORREIA, 1993) é talvez a mais importante de todo o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que pode sanar muitas dificuldades; do contrário, os educadores teriam de recorrer aos serviços de educação especial, apesar de todos os problemas que esse recurso poderia causar.

A partir da identificação preliminar dos problemas do aluno, que deve ser feita tanto na área acadêmica como na social, verificam-se os recursos humanos e materiais necessários à elaboração de um programa de intervenção individualizada, sempre sob a responsabilidade do professor do ensino regular, que pode ter a colaboração de professores de educação especial e de especialistas de educação e de saúde. Segundo Correia (1993), essa avaliação preliminar deve seguir os seguintes passos:

1- OBSERVAÇÃO DA CRIANÇA EM SEU AMBIENTE DE APRENDIZAGEM

- Comportamentos relacionados com a recepção de informações.
- Comportamentos relacionados com a expressão de informações.
- Comportamentos relacionados com reforço, prêmios etc...
- Comportamentos emocionais: relacionamento com outras pessoas; interesses; percepções, sentimentos em relação às coisas que a rodeiam; resolução das situações problemáticas do dia-a-dia; motivação; capacidade e aptidões; interações sociais; experiências anteriores.
- Sintomas físicos.

2- AVALIAÇÃO DA CRIANÇA TOMANDO POR BASE AS EXIGÊNCIAS REQUERIDAS PELO CURRÍCULO EM USO

O currículo é um instrumento que o professor regular tem disponível e que deve ser utilizado não só como suporte para a seleção dos objetivos e conteúdos na elaboração do programa educativo, mas, também, como instrumento de avaliação das NEEs do aluno. Essa importância do currículo se deve ao fato de que ele registra o comportamento organizado por áreas e subáreas que, no seu conjunto, abrangem todos os campos do desenvolvimento e incluem atividades a realizar em diversos ambientes da vida.

As NEEs implicam conceber o currículo de uma maneira aberta e flexível, como um instrumento para promover o desenvolvimento do aluno e, não, como um universo concluído, preservado, assim transmitido às novas gerações. Nessa perspectiva educativa e funcional, as adaptações curriculares se fazem necessárias, na medida em que tornem possível o acesso e a permanência do aluno, quaisquer que sejam suas vicissitudes, no espaço escolar. Por isso, cabe, a cada comunidade escolar, conhecer as diversas características — sociais, culturais, filosóficas — de cada aluno, para que possa elaborar um Projeto Educativo, capaz de ser referência para as diferentes programações que atendam todas as diversidades e necessidades de seus alunos, sem excluí-los ou eliminá-los.

O exercício sistemático da reflexão, cooperação e troca de experiência entre a equipe escolar — professores, diretores e especialistas da educação — na elaboração e execução do Projeto Educativo, propicia novos enfoques pedagógicos, com alternativas na maneira de ensinar, aprender e avaliar.

Assim entendendo, o currículo não pode ser definido *a priori*, com caráter imutável, nem transmitido de maneira rígida, a partir do qual se elaboram programas alternativos que os alunos com NEEs não conseguem acompanhar; ao contrário, tem de possibilitar medidas capazes de flexibilizar o projeto da escola e a programação das aulas. O currículo tem de ser um instrumento verdadeiramente útil, que responda à inevitável diversidade dos alunos, quanto a interesses, ritmo de aprendizagens, experiências anteriores.

- 3-ANÁLISE DAS AMOSTRAS DE PRODUTOS QUE PERMITEM ESTUDAR O TIPO DE ERRO E AS FREQUÊNCIAS DO SUCESSO E INSUCESSO.**
- 4-ANÁLISE DE TAREFAS E INVENTÁRIOS QUE PERMITEM AVALIAR UMA SÉRIE DE CAPACIDADES EDUCACIONAIS DE UMA FORMA HIERARQUIZADA.**
- 5- ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS QUE SE DESTINAM A RECOLHER INFORMAÇÕES DIFÍCEIS DE SEREM OBTIDAS POR OUTROS MEIOS, SENÃO, ATRAVÉS DOS PAIS E DAQUELES QUE CONHECEM A CRIANÇA.**

Para facilitar a elaboração desses questionários, os professores podem recorrer a entrevistas com informantes qualificados e, para que não percam de vista o currículo, nos questionários, devem fazer constar questões relativas à área do currículo com a qual trabalham.

As diferentes partes do currículo têm que ser analisadas considerando-se a idade cronológica e as NEEs do aluno, pois a sua estrutura deve dar margem a que, conforme a idade do aluno, seja dada maior ou menor importância a uma ou a algumas áreas.

É indispensável registrar o que o aluno faz, embora apenas registrar não seja o suficiente para se conhecer a sua realização; é necessário, também, conhecer como faz. É uma questão importante a qualidade da realização e as condições em que ocorre — materiais que utiliza, ajudas de que necessita. Do mesmo modo, observar a intencionalidade de um comportamento é de grande importância no trabalho com alunos portadores de NEEs, pois nem sempre é óbvio para que e o porquê de uma ação. Assim fazendo, podem-se considerar os comportamentos e conhecimentos, corrigindo-os ou aperfeiçoando-os.

O comportamento e as realizações são, em muitos casos, o único meio de que o aluno dispõe para comunicar algo, o que obriga o professor a uma busca metódica, pois a resposta às perguntas “por que” e “para que” pode dizer que gosta de alguém, que está indisposto, que gosta da atividade, que se sente zangado.

Faz-se necessário, também, identificar, claramente os locais e ocasiões em que o aluno tem um determinado comportamento. Por ser um dos objetivos da aprendizagem a participação ativa do aluno no maior número possível de ambientes, importa ao professor saber o que ele realiza em cada um deles, para que possa definir, com conhecimento de causa, as prioridades da educação em cada um dos ambientes. Igualmente, é importante registrar o quanto o aluno participa em cada ambiente — casa, escola, outros — porque a quantidade de realizações é seguramente um fator determinante na sua qualidade.

A coleta objetiva de todos esses dados permite caracterizar, com rigor, as realizações atuais do aluno, o que é indispensável no processo de avaliação.

A realização do aluno, pela sua qualidade ou pelo ambiente em que se verifica, tem de ser valorizada diferentemente, de acordo com as características do portador de NEEs. Por isso mesmo, o programa para uma criança de dezoito meses que se movimenta e se arrasta tem de ser diferente daquele para uma criança que apresenta o mesmo comportamento, mas já tem nove anos de idade cronológica. Para crianças mais velhas, é necessário que se investigue se as suas realizações atuais correspondem a tudo o que seria de esperar em função da idade, da necessidade educacional especial e da oportunidade que tiveram de freqüentar diferentes ambientes e de realizar determinadas tarefas. É preciso, também, investigar se as não-realizações em determinados ambientes resultam, apenas, de não lhes ter sido dada a oportunidade de realizá-las.

A perspectiva positiva que se pretende incutir em todo o processo de aprendizagem exige que a avaliação seja realizada com essa mesma orientação, isto é, que se avalie o que o aluno efetivamente realiza e não o que ele ainda não realiza. Não é útil enumerar o que o aluno ainda não realiza porque, por se tratar de portador de NEEs, é provável que aquilo que ele realiza não seja o necessário para atingir os desempenhos idealmente desejados pelos professores e familiares. Entretanto, há inúmeras situações consideradas pelos professores e outros especialistas como impossíveis de serem descritas de forma positiva. Como dizer, por exemplo, que um aluno não lê

ou escreve quando já apresenta idade suficiente para isso? A descrição de comportamentos observáveis elimina o uso exclusivo da negativa, amenizada com a indicação imediata de uma situação positiva: o aluno não lê, mas se interessa por ouvir histórias; o aluno não escreve, mas faz tentativas para escrever o nome dos objetos e companheiros. A experiência na formação e na prática pedagógica diária demonstra, portanto, que todas as situações podem ser descritas de forma positiva, ainda que, muito freqüentemente isso implique uma árdua luta contra os estereótipos, com os quais os professores cresceram e foram educados, que impedem uma observação rigorosa das situações e a sua descrição de forma simples.

De suma importância é procurar conhecer o desempenho do aluno no seu meio social e escolar sem se estabelecer qualquer comparação com outros alunos ou com os objetivos máximos previstos em cada meta do currículo. O que importa no processo de avaliação inicial, é conhecer a pessoa do aluno — suas realizações atuais e suas potencialidades.

As necessidades educacionais do aluno correspondem ao que ele, em cada momento, necessita para prosseguir o seu desenvolvimento, e aquilo que ele aprende, em cada momento, corresponde ao seu desenvolvimento potencial. Dessa forma, o programa educativo pode sempre satisfazer as necessidades do aluno, tendo em vista suas potencialidades.

Muitas vezes, porém, as mesmas realizações não implicam o mesmo potencial de aprendizagem, o que se deve à existência de um nível atual de desenvolvimento potencial que corresponde ao que o aluno consegue realizar com auxílio de perguntas ou demonstrações (VYGOTSKY, 1985). Essa discrepância a que se refere VYGOTSKY (1985) observa-se na prática e tem reflexos na avaliação do aluno, pois impõe, ao professor, verificar o que o aluno realiza independentemente do auxílio dos adultos e investigar o que ele pode fazer quando ajudado.

Após a avaliação preliminar das NEEs e as intervenções adequadas, muitas crianças continuam com problemas de aprendizagem. Nesse caso, o professor, em relatório objetivo, sucinto e positivo, deve registrar todas as mudanças curriculares e ambientais introduzidas para que o aluno supere seu problema e conter

outras informações pertinentes, o que dará início a uma outra avaliação que permita a intervenção de equipes de especialistas considerados necessários para a observação direta dessa criança em seus ambientes naturais.

A avaliação dos desempenhos acadêmico e social da criança, por meio de instrumentos, técnicas e dados fornecidos com base na observação efetiva e na elaboração de um plano educativo individual (PEI), que deve sempre ser iniciada com o relatório do professor regular. Logo, PEI deriva das propostas educacionais de toda uma equipe multidisciplinar que, através dos resultados obtidos na avaliação preliminar das NEES do aluno e das intervenções realizadas para atendê-las, propõe-se a planificar um programa educacional individual. Para tanto, a anuência dos pais é imprescindível, após lhes ser comunicado e prestadas as informações sobre os seus direitos e o seu papel em todo o processo.

Do relatório do professor, deve constar, ainda, a história de vida da criança na família e observações sobre o seu desenvolvimento em todas as áreas, — acadêmica, emocional, intelectual, motora, de linguagem e sensorial (auditiva e visual) e outras.

A equipe multidisciplinar encarregada de receber a avaliação das NEES preliminares de uma criança, em que se incluem as intervenções já realizadas, deve ser constituída de um grupo de especialistas que assuma o compromisso de responder às questões evidenciadas na avaliação. Para tanto, todos os membros da equipe devem estar bem inteirados dos problemas da criança e coesos pra que possam elaborar o PEI.

A equipe multidisciplinar — professor do ensino regular e do especial, especialistas da educação e da saúde — que analisa a avaliação preliminar das NEES da criança e as intervenções já realizadas, tem de assumir o compromisso de dar uma resposta às questões evidenciadas nessa avaliação. Inteirada, então, dos problemas, e coesa, parte para a elaboração do PEI, delineando o caminho educacional para uma intervenção adequada. É um programa que permite à criança receber uma educação apropriada em um meio o menos restritivo possível. Nele, devem constar os objetivos gerais e específi-

cos, as atividades, o material a ser utilizado, os procedimentos, as estratégias e as formas de avaliação do trabalho educacional a ser desenvolvido com a criança, o período de sua realização, assim como o nome dos responsáveis pela iniciativa.

A avaliação das NEEs do aluno deve contar com todos — professores, família e especialistas em educação e saúde —, uma vez que avaliação e ensino não são mais do que etapas de um mesmo processo.

Essa mesma participação deve se dar quando se desenvolve um ensino vinculado ao espaço do aluno, adequado às suas realizações atuais e ao seu potencial de aprendizagem.

Também ensino e aprendizagem formam um único processo e não se pode pedir à família e aos outros profissionais da educação que cooperem com o processo de ensino e aprendizagem, se afastados da avaliação.

Pode-se concluir, portanto, que o papel do professor do ensino regular e do ensino especial é fundamental na avaliação das NEEs dos alunos, pela proximidade do trabalho e pelas ajudas pedagógicas recíprocas capazes de converter o potencial de aprendizagem do aluno em desenvolvimento real, não podendo, jamais, ser relegado a segundo plano.

REFERÊNCIAS

BAUTISTA, Rafael (Coord.). **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dinalivro. 1997. (Coleção Sabermais).

BRENNAN, Wilfred K. **El curriculum para niños con necesidades especiales**. Barcelona, Paidós, 1991.

_____. **El curriculum para niños con necesidades especiales**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1990.

CORREIA, Luis Miranda. **Alunos com necessidades educativas especiais na classe regular**. Portugal-Porto: Apport, 1993. (coleção 1).

FONSECA, Vitor. **Reflexões sobre a educação especial em Portugal**. Lisboa: Moraes Editores, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

GARCIA FERNANDEZ, J.L. Psicodidáctica y organización del aprendizaje para deficientes en Régimen de Integración, **Cuadernos de la UND**, Madrid, 1989.

GARCIA GARCIA, E. Normalización e Integración. In: MAYOR, J. (Dir). **Manual de educación especial**. Madrid: Aanya, 1989.

HOHMAN, Mary et al. **A criança em ação**. Trad. por Rosa Maria de Macedo e Rui S. Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

IDE, Sandra M. Modalidades Educativas: Uma escola para todos. **Temas sobre desenvolvimento**, v. 8, n. 43, p. 20-29, jan./fev.1999.

_____. Necessidades educativas especiais: do currículo ao programa de interação educativa. **Temas sobre desenvolvimento**, v.8, n.43, p.41-50, jan./fev.1999.

MANTOAN, M.S.E. Incluindo os excluídos da escola. In: JORNADA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2. 1999, Alagoas.

MEDRANO, M.C. La educación especial integrada en la escuela ordinaria. In: **Enciclopédica Temática de Educación Especial**, Madrid: CEPE.1968.

PEREIRA, Mario; VIEIRA, Fernando. **Uma perspectiva de organização curricular para a deficiência mental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.1992.

_____. **Se houvesse quem me ensinasse...** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

RIBEIRO, Antônio Carrilho. **Desenvolvimento curricular**. Lisboa: Texto Editora, 1990.

_____. **Objetivos educacionais no horizonte do ano 2000**. Lisboa: Texto Editora, 1990.

RUIZ E BEL, R. Técnicas de individualización didáctica. **Adecuaciones Individualizadas del curriculum para alumnos con necesidades educativas especiales**. Madrid, 1988.

RUIZ, Gine, C. Las necesidades educativas especiales. **Cuadernos de pedagogia**, Barcelona, n.139, p. 32-34, jul./ago.1996.

SANTOS, J.). **Ensaio sobre educação**. Lisboa:Lisboa, Livros Horizontes. v. 1/2.1982.

SHELDON, Diana.. How wal it for you? Pepils, parent\ls and teachers persctives on integration. **British Journal of special education**, Coventry/England, v.18, n.3, sept.1991.

SIMON, J. **A integração escolar das crianças deficientes**. Portugal: Edições ASA, 1991.

TOLEDO, M. **La escuela ordinária ante el niño con necesidades especiales**. Madrid: Santillana,1984.

VEIL, Claude. **Vivre dans la différence**. Toulouse: Ed.privat,1982.

VYGOTSKY, L.S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LURIA, et al. **Psicologia e Pedagogia I**. bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

WARNOCK, R. **Special educational needs report of commite of enquiry into the education of handicapped children and young people**. Londres: Her Magestys Office, 1978.